

Eletropaulo



Luz de Caruaru Energia S.A.

CNPJ: 46.446.055/0001-20

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Luz de Caruaru Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações do fluxo de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Luz de Caruaru S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Fabio Romanin

Relações com investidores

Camila Silva de Mello – CRC 1RS083577/O-5

Contadora responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Luz de Caruaru Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Caruaru Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Caruaru Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto

Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	402	7.305
Contas a receber	4	1.630	-
Ativo contratual da concessão	5	1.623	295
Adiantamento a fornecedores	6	11.479	-
Outros créditos		-	253
Total do ativo circulante		15.134	7.853
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	15	1.261	-
Ativo contratual da concessão	5	20.434	-
Intangível	7	3.000	3.062
Total do ativo não circulante		24.695	3.062
Total do ativo		39.829	10.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	10.138	1.307
Empréstimos e financiamentos	9	4.476	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	1.909	-
Outras obrigações fiscais		640	129
Dividendos a pagar	12	389	-
Total do passivo circulante		17.552	1.436
<u>Passivo não circulante</u>			
Tributos diferidos	15	-	100
Total do passivo não circulante		-	100
<u>Patrimônio líquido</u>	12		
Capital social		21.028	21.028
Capital social (a integralizar)		-	(10.514)
Reserva legal		82	-
Reservas de lucros		1.167	-
Lucros acumulados		-	(1.135)
Total do patrimônio líquido		22.277	9.379
Total do passivo e do patrimônio líquido		39.829	10.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	13	23.910	295
Custo do serviço	14	(19.935)	(1.429)
Lucro (prejuízo) bruto		3.975	(1.134)
Despesas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(316)	(26)
Total despesas operacionais		(316)	(26)
Resultado do serviço		3.659	(1.160)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		182	147
Despesas financeiras		(301)	(22)
Total do resultado financeiro		(119)	125
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		3.540	(1.035)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(2.129)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.362	(100)
		(767)	(100)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.773	(1.135)
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)		0,1319	(0,0540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.773	(1.135)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>2.773</u>	<u>(1.135)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital à integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reforço de capital de giro		
Integralização de capital	21.028	(10.514)	-	-	-	10.514
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.135)	(1.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.028	(10.514)	-	-	(1.135)	9.379
Integralização de capital	-	10.514	-	-	-	10.514
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.773	2.773
Reserva legal	-	-	82	-	(82)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(389)	(389)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	1.167	(1.167)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.028	-	82	1.167	-	22.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.773	(1.135)
Depreciação e amortização	158	-
Juros e variações monetárias	77	-
Tributos e contribuições social diferidos	1.362	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.129	-
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber	(1.630)	-
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-	100
Ativo contratual da concessão	(21.762)	(295)
Tributos diferidos	(2.723)	-
Adiantamento a fornecedores	(11.479)	-
Outros créditos	253	(253)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	8.831	1.307
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(63)	-
Outras obrigações fiscais	511	129
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(157)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(21.720)	(147)
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para ativo intangível	(96)	(3.062)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(96)	(3.062)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Integralização de capital social	10.514	10.514
Captação de empréstimos e financiamentos	4.399	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	14.913	10.514
Variação no caixa líquido da Companhia	(6.903)	7.305
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7.305	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	402	7.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Luz de Caruaru Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado controlada pela Enel X Brasil S.A., com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 1º de abril de 2022, tem como objeto social execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do município de Caruaru, nos termos do contrato de concessão firmado, conforme o Edital de Concorrência Pública 001/2022 e Processo de Licitação N° 034/2021.

Em 17 de fevereiro de 2022 foram abertos os envelopes para licitação de modernização e manutenção do parque de iluminação pública do município de Caruaru. Na ocasião o consórcio liderado pela Enel X Brasil S.A. apresentou a melhor proposta, e foi homologado vencedor em 24 de março de 2022, assinando o contrato em 06 de julho de 2022, e assim iniciando a fase pré-operacional. Em 02 de fevereiro de 2023 foi publicada a ordem de serviço para início da execução dos serviços. A Companhia atingiu o 1º marco em dezembro de 2023 e, neste momento, está na fase de modernização, visando atingir o 2º marco da concessão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 6 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Aplicação dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 5 – Ativo contratual da concessão
- Nota 7 – Intangível,
- Nota 11 – Provisões para processos judiciais,
- Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e
- Nota 17 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresenta saldo de aplicações financeiras. A rentabilidade média da carteira em 31 de dezembro de 2022 foi 99% do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	402	551
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	6.754
Total	402	7.305

4. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com serviços prestados, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
Contas a receber	1.116	514	1.630	-
Total	1.116	514	1.630	-

O saldo a receber corresponde a serviços prestados, previstos no contrato de concessão firmado com a Prefeitura Caruaru com Parceria Público Privada (PPP) em concorrência pública nº 01/2022. As faturas são liquidadas normalmente em até 30 dias após o mês de sua ocorrência.

Para Luz de Caruaru, as contraprestações são mensais, garantidas pela Contribuição de Iluminação Pública ("CIP"), por esta razão não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Ativo contratual da concessão

A Companhia possui investimentos em Parcerias Público-Privadas (PPPs) de Iluminação Pública que se referem aos recursos financeiros destinados à implementação e manutenção de sistemas de iluminação em espaços públicos, assumindo, como prestador de serviços, o compromisso de investir na infraestrutura necessária, realizar a modernização, operação e a manutenção do sistema de iluminação.

O ativo contratual de concessão foi constituído a partir dos custos incorridos com a modernização da Iluminação Pública do município de Caruaru através da concorrência pública nº 001/2022 com prazo de 20 anos e a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa pela prestação de serviços de infraestrutura de iluminação pública na medida em que satisfaz a obrigação de modernizar a infraestrutura, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de modernização, operação e manutenção.

O ativo contratual reconhecido corresponde aos direitos da Companhia obtidos com os serviços de modernização prestados e não faturados na data das demonstrações financeiras, uma vez que o recebimento da contraprestação depende da conclusão bem-sucedida das fases do projeto estabelecidas no contrato. Após a conclusão das etapas de modernização e aceitação do verificador independente indicado pelo cliente, quando os direitos se tornam incondicionais, o valor dos recebíveis reconhecido como ativo do contrato e respectiva atualização financeira, são reclassificados, para contas a receber.

Conforme determinado pelo CPC 47 existe um componente de financiamento significativo no contrato e por conta disso os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco de crédito do cliente.

A atualização do ativo de contratual é realizada com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 0,46% ao mês.

O ativo contratual é amortizado em base sistemática, de forma consistente, no momento em que ocorre a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Sempre que houver uma alteração significativa na transferência ao cliente dos bens ou serviços essa alteração é contabilizada como mudança na estimativa contábil de acordo com o CPC 23.

Uso de estimativas

Provisão para perda do valor recuperável do ativo

Os ativos de contrato relacionam-se principalmente ao direito decorrente do contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado. Na data das demonstrações financeiras não houve qualquer impacto sobre os ativos de contrato relacionados com os serviços de implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção uma vez que a Companhia está cumprindo todas as suas obrigações contratuais.

Para o ativo de contrato o teste do valor recuperável dos ativos ("*Impairment*") deverá ser feito sempre que houver indicativo de acordo com os requerimentos do CPC 01. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo contratual da concessão é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	295	-
Adição	21.214	295
Atualização financeira	548	-
Saldo do final do exercício	22.057	295
Circulante	1.623	295
Não circulante	20.434	-

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o montante de R\$ 11.479, relacionado a adiantamento a fornecedores, referente a antecipação concedida pelos contratos de construção do projeto de modernização. Não houve adiantamentos durante o exercício de 2022.

7. Intangível

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Entidade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo remanescente do contrato de Parceria Público Privada (PPP), líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado do exercício.

Uso de estimativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. A companhia não identificou eventos que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Em serviço			Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições	3.088	-	3.088	3.088
Amortização	-	(26)	(26)	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.088	(26)	3.062	3.062
Adições	96	-	96	96
Amortização	-	(158)	(158)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.184	(184)	3.000	3.000

Os saldo refere-se, principalmente, ao custo com estudos de viabilidade de projeto de iluminação pública para processo licitatório. A amortização é reconhecida pelo prazo remanescente do contrato.

8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	7.115	-
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	3.023	1.307
Total	10.138	1.307

9. Empréstimos e financiamentos

9.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2023		
	Principal	Juros	Total
<u>Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 16)</u>			
Mútuo I - Enel X Brasil S.A.	4.399	77	4.476
Total	4.399	77	4.476

A movimentação da dívida é como segue:

	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Captações	4.399
Encargos provisionados	77
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.476

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo I - Enel X Brasil S.A.	4.399	21/11/2023	19/05/2024	CDI + 5%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

10. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo portanto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não está sendo apresentado saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no balanço da Companhia.

31.12.2023

Imposto de renda e contribuição sociais a pagar

Imposto de renda	1.387
Contribuição social	522
Total	1.909

11. Provisão para processos judiciais e outros riscos

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital social é de R\$ 21.028 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	10.724.076	51,00%	10.724.076	51,00%
Selt Engenharia Ltda.	5.151.762	24,50%	5.151.762	24,50%
Mobit - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda.	5.151.762	24,50%	5.151.762	24,50%
Total	21.027.600	100,00%	21.027.600	100,00%

12.2. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

12.3. Reserva para reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

12.4. Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.773	(1.135)
Absorção de prejuízos acumulados	(1.135)	-
(-) Reserva legal	(82)	-
Lucro (prejuízo) ajustado	1.556	(1.135)
Dividendo mínimo obrigatório	(389)	-
Reserva para reforço de capital de giro	(1.167)	-
	-	(1.135)

12.5. Lucro básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.773	(1.135)
Número de ações	21.027.600	21.027.600
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,13187	(0,05398)

13. Receita Líquida

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato é regido por documento formal que estabelece níveis de desempenho, mecanismos de ajuste de preços e resolução de conflitos por via arbitral. Tal contrato pode ser descrito como “construir-operar-transferir” ou “recuperar-operar-transferir” ou contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado, conforme disposto no Item 2 do ICPC01. O poder concedente regulamenta os serviços que devem ser prestados pela Companhia, diretamente às prefeituras de cada município, durante todo o período do contrato de concessão, que são os serviços de modernização da infraestrutura bem como a operação e manutenção da infraestrutura modernizada. Considerando que o concessionário presta serviços de construção ou de melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário está sendo reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

É relevante destacar que, em caso de atrasos na conclusão dos marcos acordados com o Poder Concedente, os riscos e eventuais penalidades serão assumidos e suportados pela Concessionária. Isso implica que o valor total do contrato e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita ao longo da execução do contrato deve ser reavaliado periodicamente pela Administração, considerando qualquer impacto decorrente de atrasos ou mudanças nas circunstâncias contratuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu os marcos estabelecidos, de acordo com os prazos contratuais.

	2023	2022
Receita de construção (nota 13.1)	21.214	295
Receita de serviços (nota 13.2)	2.507	-
Atualização financeira (nota 13.1)	548	-
	24.269	295
Deduções da receita		
Cofins	(232)	-
Pis	(50)	-
ISS	(77)	-
	(359)	-
Total	23.910	295

13.1. Receita de construção

O ativo contratual é registrado em contrapartida da receita de custo da construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O cumprimento da obrigação de desempenho ocorre quando o poder concedente (cliente) pode se beneficiar, de forma isolada, dos benefícios econômicos, que pode ser qualificado como sendo a transferência dos ativos vinculados à concessão, onde toda essa infraestrutura modernizada será transferida para o seu poder e ele poderá usufruir dos benefícios das benfeitorias realizadas.

Com base nas características dessa obrigação de performance e com base em *benchmark* de mercado que tem transações similares, como é o caso do setor de transmissão de energia, a Companhia entende que o método de estimativa mais adequado é o método de abordagem do custo esperado mais margem. Devido ao fato de a Companhia ter condições de calcular o custo estimado para a realização do trabalho de modernização, e orçamento ser aprovado pelo poder concedente, antes de ser implementado, traz segurança para a utilização desse método. No tocante a definição da margem, a Companhia definiu como política para esse tipo de transação que a margem de construção será igual a 10%.

Após o reconhecimento do ativo de contrato e subsequentemente com a constatação dos indicadores de modernização pelo poder concedente, é reconhecido o ativo financeiro, uma vez que não há previsão dessa cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Os adiantamentos recebidos devem ser incluídos nos passivos de contrato. A Companhia não recebeu qualquer fluxo de caixa decorrente da execução do contrato, portanto, não há passivos de contrato registrados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

13.2. Receita de serviços

Levando em consideração que há apenas duas obrigações de desempenho (prestação de serviços e construção), e que um método de estimativa foi definido para a receita de construção (nota 13.1), para a mensuração da receita de serviços (operação e manutenção - O&M), a Companhia entende que o melhor método seria a abordagem residual, de acordo com o item 79 (b) do CPC 47, pois a Companhia não estabeleceu o preço individual de venda para a obrigação de performance de O&M anteriormente por qualquer outro método.

O cumprimento da obrigação de desempenho no caso dos serviços de O&M ocorre quando o poder concedente pode se beneficiar de forma isolada desses serviços, visto que ele mantém a infraestrutura funcionando de forma plena e eficaz e em fases distintas. Ou seja, há marcos distintos no contrato referentes as obrigações de desempenho. Inicialmente, a Companhia apenas opera e mantém a infraestrutura recebida. Na fase 2, inicia-se a modernização juntamente com os serviços de O&M, que são entregues de maneira independente, não é necessário modernizar para que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

13.3. Parcela variável

O contrato define uma remuneração máxima mensal que deve ser paga pelo poder concedente, porém a remuneração pode variar de acordo com algumas métricas estabelecidas atreladas a performance, desempenho, manutenção, dentre outras e após a análise do verificador independente uma parcela da remuneração pode ficar comprometida de acordo com a medição de tais parâmetros de qualidade estipulados.

Desta forma, a norma requer que o valor da contraprestação variável seja estimado. Para auxiliar nessa mensuração, considerando que a contraprestação a ser recebida está relacionada com uma série de fatores de qualidade e pode haver diversos cenários possíveis, a Companhia entende que o melhor método de mensuração da contraprestação variável seja o "valor esperado" (o valor mais provável).

A parcela variável pode ocorrer para a receita de construção ou modernização (nota 13.1) e/ou receita de serviços (nota 13.2). Não ocorreu parcela variável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

13.4. Receita de atualização do ativo de contrato

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear, com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura da concessão e considera as especificidades de cada projeto de melhorias e efficientização. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 0,46% ao mês.

14. Custos e despesas operacionais

	2023			2022		
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(1.136)	-	(1.136)	-	-	-
Serviços de terceiros	(674)	-	(674)	-	-	-
Depreciação e amortização	-	(158)	(158)	-	(26)	(26)
Custo de construção	(14.005)	-	(14.005)	-	-	-
Custo de construção - partes relacionadas (nota 16)	(4.120)	-	(4.120)	(1.429)	-	(1.429)
Outras receitas (despesas)	-	(158)	(158)	-	-	-
Total	(19.935)	(316)	(20.251)	(1.429)	(26)	(1.455)

15. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

15.1. Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(1.570)	(559)	-	-
Diferidos	1.001	361	(73)	(27)
	(569)	(198)	(73)	(27)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	3.540	3.540	(1.035)	(1.035)
Adições:				
Provisão materiais e serviços - indedutíveis	4.005	4.005	-	-
	4.005	4.005	-	-
Base de cálculo	7.545	7.545	(1.035)	(1.035)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(1.862)	(679)	-	-
Total	(1.862)	(679)	-	-

15.2. Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:				
Provisão materiais e serviços	1.978	-	1.978	-
	1.978	-	1.978	-
Tributos diferidos passivos:				
Instrumentos financeiros derivativos	(717)	-	(717)	-
Provisão de receita	-	(100)	101	(100)
Total	1.261	(100)	1.362	(100)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos de R\$ 1.978, até 31 de dezembro de 2024.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

16. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores e minoritários, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1. Controladora (Enel X Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2023
		Passivo	Despesas
Mútuo	Maio de 2024	(4.476)	(77)
Total		(4.476)	(77)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma operação de mútuo que foi celebrado com sua controladora Enel X Brasil S.A. Essa operação teve como objetivo preservar o capital de giro da Companhia, assim como o suporte financeiro necessário à manutenção de suas atividades operacionais e de investimentos (nota explicativa nº 9).

16.2. Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Prestação de serviços					
Selt Engenharia Ltda.	Dezembro de 2023	(3.023)	(1.307)	(4.120)	(1.429)
Total		(3.023)	(1.307)	(4.120)	(1.429)

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2023.

17. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

17.1. Instrumentos financeiros

17.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		31.12.2023		31.12.2022	
Categoria	Nível (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	402	402	7.305
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	1.630	1.630	-
Ativo contratual da concessão	Custo amortizado	2	22.057	22.057	295
			24.089	24.089	7.600
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2	10.138	10.138	1.307
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	4.476	-	-
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	389	389	-
			15.003	10.527	1.307
			39.092	34.616	8.907

* Conforme detalhado na nota explicativa 17.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

17.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** – dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** – dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

17.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras dos limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e a área de controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três “linhas” desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional Isso 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as unidades de negócio e seus respectivos *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e ativo contratual da concessão.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a mútuos com a controladora, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

18. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão seguros por uma apólice de risco operacional e seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	9.839	1.057.000
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.